

## **CARTA DO CICLO DE GESTÃO GOVERNAMENTAL E DO NÚCLEO FINANCEIRO DO ESTADO À PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF**

O Brasil voltou a planejar seu desenvolvimento econômico e social nessa primeira década do século XXI. Depois de mais de 25 anos desconstruindo a capacidade e a qualidade do ensino técnico e da educação formal; negligenciando os investimentos em logística, infraestrutura, energia; abdicando da responsabilidade do Estado de atender às necessidades e direitos básicos da população, a Administração Pública perdeu muito de sua capacidade de planejamento e atuação em busca do desenvolvimento nacional. Mas está em nossas mãos a reconstrução da visão estratégica nacional e a preparação do País para o futuro.

Ainda vivemos os reflexos de uma cultura patrimonialista colonial, sem nunca ter, de fato, consolidado a burocracia weberiana naquilo que ela tem de mais importante: a capacitação do aparato estatal para atuar e interagir com os diversos setores da sociedade, sem perder sua autonomia e o foco no interesse coletivo.

O modelo de gestão e organização do Estado ainda mescla regras e hábitos que impedem uma atuação integrada e coesa dos diversos ministérios, empresas e órgãos públicos. O elevado nível de politização da máquina pública e distribuição de cargos entre partidos (especialmente quando comparada aos padrões dos países do sudeste asiático ou da Europa) impede a implementação de políticas de longo prazo e dificulta a implementação de diretrizes políticas do Governo legitimado nas urnas.

Nos anos 80 e 90 o planejamento, a gestão, o orçamento e o controle das políticas públicas, especialmente aquelas que se relacionavam à redução da pobreza, ao desenvolvimento industrial e ao comércio exterior não eram prioridade. A política de Governo era de redução do Estado para geração de excedentes financeiros a qualquer custo. Muitas das propostas da teoria da “nova gerência pública”, que inspirou as reformas da Administração Pública, acabaram por facilitar a captura das decisões de Estado pelo setor financeiro e outros oligopólios internacionais, mesmo nos países ricos. Ao mesmo tempo, mostraram-se incapazes de resolver os problemas econômicos e sociais a que se “propunham” nos países em desenvolvimento. Em muitos casos abriram as portas para a pilhagem do patrimônio público em larga escala.

Hoje não há mais dúvidas sobre a importância da qualidade do Estado (e não do seu tamanho) na construção do consenso entre os atores da sociedade para definir um Projeto de País e exercer sua missão de organizar, promover, incentivar, regular e até suprir as lacunas do mercado. Todas as nações que alcançaram altos níveis de desenvolvimento industrial e tecnológico (de Inglaterra, França, Alemanha, EUA e Japão até os tigres asiáticos) dispunham de uma máquina estatal atuante e respeitada, fazendo valer os interesses nacionais com firmeza e autonomia.

As políticas de desenvolvimento colocadas em marcha nos últimos nove anos, do PPI ao PAC, da PITCE ao Plano Brasil Maior, do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria, têm mostrado resultados importantes, especialmente na superação das desigualdades sociais. Mas o Brasil precisa dar mais um salto de qualidade: de competitividade, de capacidade inovadora, de oportunidades, de garantia dos direitos sociais mais básicos como educação, saúde, transporte e segurança públicos. Os filhos dos trabalhadores devem ter as mesmas oportunidades e garantias que têm os filhos dos patrões! Assim se faz um País rico de verdade.

Estamos certos de que para consolidar o atual processo de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, garantir que a população participe dos benefícios dele decorrentes, o País não pode prescindir de um plano desenvolvimentista de reforma do Estado. As carreiras do Ciclo de Gestão Governamental e do Núcleo Financeiro do Estado querem estar no centro dessa emancipação intelectual, política e econômica.

Entendemos que, no atual Governo, as atribuições dessas carreiras passaram a ser chave dentro do Estado e seus servidores devem estar em condição de garantir a qualidade e a continuidade dessa agenda estratégica em longo prazo. Para isso, é essencial que possamos atrair e manter os melhores talentos do País para os seus quadros.

As carreiras do Ciclo de Gestão e do Núcleo Financeiro têm a responsabilidade e as competências legais para habilitar o Estado à consecução dessa diretriz de transformação do Brasil em um país mais rico e mais justo. Dentro dessa perspectiva e considerando a importância de se preparar, o quanto antes, o Brasil para o enfrentamento dos desafios futuros de um País que emerge no cenário internacional é que solicitamos que Vossa Excelência e a cúpula do Governo Federal implementem uma agenda de Reforma do Estado que contemple minimamente os seguintes aspectos:

1. Garantir que 100% dos cargos de livre nomeação, os DAS, entre o nível 1 e 4 sejam ocupados por servidores de carreira (concursados, efetivos) cujas atribuições e especificidades técnicas sejam compatíveis com as funções a serem exercidas. Aplicar a mesma regra para, pelo menos, 75% dos DAS 5 e 50% dos DAS 6, em cada órgão do Poder Executivo;
2. Garantir que 100% dos cargos de Subsecretários de Planejamento, Orçamento e Administração (responsáveis pelas compras, contratos, gestão de pessoal e orçamento) sejam ocupados por servidores das carreiras de Estado cujas atribuições e especificidades técnicas sejam compatíveis com a função;
3. Criar estratégia coordenada entre os órgãos de controle para fiscalizar, combater e inibir fraudes em concursos públicos, especialmente nos estados e municípios;
4. Implementar uma política de transformação da qualidade do ensino formal (fundamental, médio e superior) no Brasil, para garantir a elevação do nível técnico da mão-de-obra nacional tanto para atender o setor público quanto o privado e, ao mesmo tempo, democratizar as oportunidades de ascensão social no País;

5. Fazer o planejamento estratégico integrado de todos os ministérios e seus órgãos vinculados, com participação efetiva da estrutura técnica e fundamentado nas diretrizes tanto constitucionais quanto de Governo;
6. Implementar política permanente de reposição e qualificação dos quadros técnicos do Estado;
7. Organizar todos os cargos públicos em grupos temáticos, com planos estruturados de carreira, reduzindo as mais de 360 tabelas remuneratórias a um número que permita sua inclusão em um plano de gestão de pessoal relacionado às prioridades do Governo;
8. Regularmente imediatamente a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, assinada pelo Presidente Lula em 2010;
9. Buscar a harmonização e organização da gestão de pessoal, dos valores remuneratórios e de todas as verbas indenizatórias entre os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário;
10. Definir e manter uma política salarial permanente, conforme determina a Constituição Federal.

